



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GABINETE DO DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL: Nº 0001783-23.2014.815.0461
RELATOR : Juiz convocado ALUÍZIO BEZERRA FILHO
APELANTE : Antônio Ocion Lima Ferreira
ADVOGADO : Cleidísio Henrique da Cruz
APELADO : Banco Honda S/A
ADVOGADA : Adriana Katrim de Souza Toledo
ORIGEM : Juízo da Vara Única da Comarca de Solânea
JUIZ : Osenival dos Santos Costa

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. APRESENTAÇÃO DO CONTRATO NA DEFESA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DE EXIBIÇÃO. INEXISTENTE. APELANTE QUE NÃO DEU CAUSA À INSTAURAÇÃO DA AÇÃO. PRETENSÃO RESISTIDA. INOCORRÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. JULGAMENTO PROCEDENTE QUE SE IMPÕE. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

- Inexistindo requerimento administrativo anterior ao ajuizamento da presente cautelar; tendo o Apelante optado pela via judicial e restando clara a ausência de resistência, não se justifica a condenação do Apelado ao pagamento de honorários sucumbenciais.

- Houve reconhecimento do pedido, quando da apresentação dos documentos pelo Promovido, devendo, portanto, o pedido ser julgado procedente.

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados:

ACORDA a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, em **PROVER PARCIALMENTE** o Apelo, nos termos do voto do Relator e da certidão de julgamento de fl. 81.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Antônio Ocion Lima Ferreira contra a Sentença prolatada pelo Juiz da Vara Única da Comarca de Solânea, que julgou improcedente o pedido e afastou a condenação em honorários.

Nas razões de fls. 39/51, o Apelante/Promovente sustentou que o pedido deveria ter sido julgado procedente, ante o reconhecimento do pedido. Aduziu, ainda, a necessidade da condenação do Promovido ao ônus sucumbencial, sob o fundamento de que aquele deu causa a propositura da demanda, quando não atendeu à solicitação de exibição de contrato na via administrativa.

Contrarrazões apresentadas às fls. 56/61.

A Procuradoria de Justiça, às 72/74, opinou pelo desprovimento do Apelo.

É o relatório.

VOTO

Inicialmente, cabe referir que, nos termos do art. 14, do CPC/2015, a norma processual não retroagirá, sendo respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada:

Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

Dessa forma, aplicam-se ao presente processo as disposições constantes do CPC/1983, em vigor quando do ajuizamento da Ação, da prolação da Sentença e da interposição deste Recurso.

Trata-se de Ação Cautelar de Exibição de Documento, em que o Autor afirma que firmou contrato de financiamento bancário junto ao Banco Promovido e que, na oportunidade, não foi disponibilizado o pacto firmado nem atendido o pedido administrativo de apresentação do documento, requerendo a exibição do mesmo para análise dos encargos contratuais.

Pois bem.

Quanto aos honorários sucumbenciais, não obstante a alegação de requerimento administrativo, compulsando o caderno processual, constata-se que inexistiu pedido administrativo de cópia do contrato e prova que o Apelado negou o acesso aos documentos.

Ora, na verdade, temos é que o Apelado apresentou os documentos, objeto da Cautelar Exibitória, não havendo, portanto, pretensão resistida.

Assim, inexistindo requerimento administrativo anterior ao ajuizamento da presente cautelar; tendo o Apelante optado pela via judicial e restando clara a ausência de resistência, não se justifica a condenação do Apelado ao pagamento de honorários sucumbenciais.

Nesse sentido, tem decidido o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SÚMULA N. 283/STF. DECISÃO MANTIDA. 1. O exaurimento da via administrativa não é condição para a propositura da ação de exibição de documentos. **No entanto, só haverá condenação ao pagamento de honorários advocatícios se caracterizada a pretensão resistida.** 2. No caso concreto, o Tribunal de origem entendeu que a instituição financeira não tinha o dever de atender a solicitação administrativa, uma vez que o pedido havia sido formulado por advogado sem procuração outorgada pela cliente. 3. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF. 4.

Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 422.341/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 09/04/2014). Grifei.

DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83 DO STJ. REVISÃO OBSTADA PELO TEOR DA SÚMULA 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. O Tribunal de origem expressamente consignou a ausência de pretensão resistida. não compete à parte agravada arcar com os ônus sucumbenciais, uma vez que não deu causa à ação de exibição de documentos. Aplicação do princípio da causalidade. 2. **"Pela aplicação dos princípios da sucumbência e da causalidade em ações cautelares administrativas, para haver condenação a honorários advocatícios pela sucumbência no feito, deve estar caracterizada nos autos a resistência à exibição dos documentos pleiteados"** (REsp 1077000/PR, Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, T6 - SEXTA TURMA, DJe 08/09/2009). 3. Estando, pois, o acórdão recorrido em harmonia com a orientação firmada nesta Corte Superior, o recurso especial não merece prosperar a irresignação, ante a incidência da Súmula 83/STJ, aplicável, também, às hipóteses de interposição pela alínea "a" do permissivo constitucional. 4. A revisão dos fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta via recursal (Súmula 7/STJ). 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 403.027/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/03/2014, DJe 01/04/2014). Grifei.

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGOS ANALISADOS: ART. 20, §§ 3º e 4º, DO CPC. 1. Ação cautelar de exibição de documentos ajuizada em 09.02.2012. Recurso especial concluso ao Gabinete em 07.11.2013. 2. Discussão relativa ao cabimento e à possibilidade de majoração dos honorários advocatícios fixados pelas instâncias ordinárias em virtude da sua irrisão. 3. As ações cautelares de exibição de documento, por possuírem natureza de ação, e não de mero incidente processual, nos termos do art. 844 do CPC, ensejam, na hipótese de sua procedência, a condenação da parte vencida ao pagamento dos ônus sucumbenciais, tendo em vista a aplicação do princípio da causalidade. 4. **Embora o exaurimento da via administrativa não seja**

condição para a propositura da ação, só haverá condenação ao pagamento de honorários advocatícios ante a caracterização da pretensão resistida. 5. Não tendo sido apresentado recurso contra a sentença que fixou os honorários advocatícios, pelo vencido, incabível a sua supressão, sob pena de reformatio in pejus. 7. Recurso especial não provido. (REsp 1428593/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2014, DJe 14/03/2014). Grifei.

Do mesmo modo, já decidiu o Tribunal de Justiça da Paraíba:

CAUTELAR EXIBITÓRIA - Documento relativo à fundamentação de sustação de cheque. Dever de exhibir reconhecido. Irresignação da parte ré. Ausência de recusa em fornecer o documento. Princípio da causalidade. Aplicação. **Banco que não deu causa à instauração da ação. Exclusão da condenação do vencido em custas e honorários. Provimento parcial do apelo. - O Banco promovido não deu causa à instauração da relação processual, pois não se negou a disponibilizar, administrativamente, o documento justificador da sustação do cheque e, por isso, não pode ser condenado a pagar custas e honorários advocatícios.** TJPB - Acórdão do processo nº 20020040467132001 - Órgão (2ª Câmara Cível) - Relator DES. MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - j. Em 04/12/2007.

Assim, não merece reparo a Sentença nesse capítulo.

Por outro lado, temos que houve reconhecimento do pedido, quando da apresentação dos documentos pelo Promovido, devendo, portanto, o pedido ser julgado procedente.

Desse modo, a Sentença deve ser reformada nessa parte.

Diante do exposto, **PROVEJO PARCIALMENTE** o Apelo, para julgar procedente o pedido, mantendo a Sentença nos demais termos.

É o voto.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Senhor Desembargador José Ricardo Porto. Participaram do julgamento, além do Relator, Excelentíssimo Senhor Doutor **Aluizio Bezerra Filho** (Juiz convocado para substituir o Des. Leandro dos Santos), os Excelentíssimos Senhores

Desembargadores **Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti e José Ricardo Porto.**

Presente à sessão, representando o Ministério Público, Dr. **Herbert Douglas Targino**, Promotor de Justiça.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Cível “Desembargador Mário Moacyr Porto” do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 28 de junho de 2016.

Juiz convocado ALUÍZIO BEZERRA FILHO
Relator